

## Resenha

### **Mulheres deficias: Histórias de enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior**

### **Defiant Women: Stories of Confronting Ableism in Higher Education – A Review**

*Thalita Catarina Decome Poker* é pós-doutoranda e Professora visitante-convidada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas- FE/UNICAMP. Doutora em Psicologia Social e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Integrante do grupo de estudos e pesquisa Diferenças, Subjetividades em Educação: Estudos surdos, das questões raciais, de gênero e da infância.

Contato: catarinadecome@gmail.com

## Resumo

A presente resenha visa demonstrar os possíveis achados da compreensão das representações no enfrentamento do capacitismo no Ensino Superior por mulheres com deficiência diante das novas políticas públicas de acesso à universidade. Assim como o livro, os achados demonstram a luta pela permanência de corpos tidos como abjetos à norma no Ensino Superior como forma de enfrentamento ao capacitismo e outros marcadores sociais da diferença.

Palavras-chave: Capacitismo. Interseccionalidade. Permanência acadêmica.

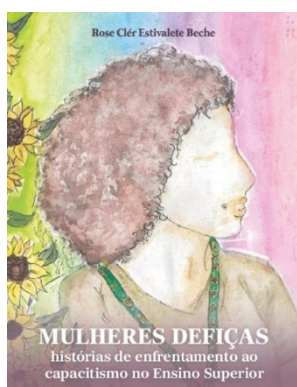


## Abstract

This review aims to demonstrate the possible findings of understanding representations in the struggle against ableism in higher education by women with disabilities in light of new public policies for university access. Like the book, the findings highlight the struggle for the permanence of bodies considered abject to the norm in higher education as a form of resistance against ableism and other social markers of difference.

Keywords: Ableism. Intersectionality. Academic retention.

**Imagem 1.** Reprodução da capa do livro *Mulheres defieas: Histórias de enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior*.



Fonte: Fotografia.

Na obra *Mulheres Defieas: Histórias de enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior*, fruto da pesquisa de doutorado em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Rose Clér Estivaleta Beche aborda de modo sensível a experiência do capacitismo em mulheres com deficiência no Ensino Superior. Com uma escrita em forma de prosa, a autora apresenta a quem irá ler seu ponto de encontro com a pesquisa por meio da experiência do letramento da cultura surda pela maternidade; e, em complemento, com a sua atuação na educação especial e na coordenação de um núcleo de acessibilidade educacional.

Para ser fiel a essa proposta, a autora elegeu, enquanto postura e delineamento de sua práxis de pesquisa, a proposta do pesquisar *com*, em que as pessoas que participam da pesquisa são enquadradas como sujeitos participantes. Ainda quanto à questão metodológica, a autora trabalhou a sua pesquisa por meio

1 O termo mulheres “defieas” foi escolhido pela autora por uma terminologia utilizada de forma afetiva por muitas ativistas com deficiência, como autoidentificação, como forma de reforçar a diferença de modo positivado.

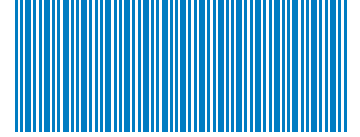


de três estudos: I) a revisão de literatura integrativa; II) o grupo focal de mulheres com deficiência; e III) a entrevista reflexiva. Essa estratégia contribuiu para o aprofundamento do tema e para que, aos poucos, pudesse se explorar a literatura para a experiência do cotidiano das deficiências. Esses aspectos contextuais e preliminares são apresentados no primeiro e no segundo capítulo da obra.

No terceiro capítulo, a autora examina a história da deficiência, desde o modelo caritativo e biomédico até o modelo social da deficiência. O modelo caritativo, fundamentado em ideais de caridade e solidariedade, perpetuava a dependência e a pena em relação às pessoas com deficiência. Já o modelo biomédico tratava a deficiência como uma condição a ser corrigida – como uma estratégia de controle sobre os corpos tidos como divergentes da norma. Em resposta a essas abordagens, o modelo social da deficiência, que emergiu na década de 1970, estuda a deficiência como um problema social e não individual. Beche (2024) também discute a Lei de Cotas (Lei nº 13.409/2016) e o programa Incluir, implementado em 2008, como disparadores nos marcos legais para sua pesquisa. Essas duas políticas visam promover a permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Seguindo para o quarto capítulo, a autora busca expor seu aporte teórico vinculado ao modelo social da deficiência com as contribuições das epistemes contemporâneas, como a ética do cuidado e os corpos abjetos discutidos por Judith Butler, entre outras autoras que abordam a questão da interseccionalidade e da decolonialidade. O modelo social da deficiência interpreta o corpo disforme pela necessidade de se criarem condições de adaptação para o mesmo – uma vez que a sociedade foi projetada para os corpos tidos como “normais”.

Em consonância, a autora lança mão do conceito de abjeção do corpo inscrito nos aforismas de Judith Butler para falar dos corpos que são vistos como excedentes do capital, aqueles que ao serem enquadrados pela lógica do corpo ideal são reconhecidos como impuros ou vítimas até mesmo de ojeriza – algo que se incorpora na engenharia social dos corpos com deficiência. Uma vez que corpos abjetos não são importantes, eles são invisibilizados com mais facilidade, podendo ser vítima de negligências, abusos e descaso seja pelas relações, seja pelas políticas de Estado, de modo a provocar maior precariedade para pessoas com deficiência. Com essas exposições, a autora irá apresentar os conceitos de capacitismo e acessibilidade como pontos centrais nos achados da pesquisa. O capacitismo é uma forma de discriminação que visa



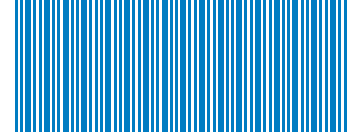
estabelecer uma hierarquia da deficiência ordenada por uma lógica estrutural e estruturante a serviço do ideário do corpo perfeito.

Como antítese a essa forma de violência com os corpos deficientes, a acessibilidade é outro conceito que Beche (2024), apoiada nas premissas de Mia Mingus, irá nos apresentar: a “intimidade de acesso” – uma categoria que visa descrever ações que superam a experiência compartilhada do cotidiano, podendo possibilitar a alteridade nas relações em que se passa a ter uma conexão profunda com o outro. Ainda quanto à equação do corpo de mulheres deficias, a autora, apoiada no estado da arte das avenidas interseccionais, irá à emergência de considerar as variáveis da exclusão como pontos de convergência para amalgamar as opressões vividas.

No quinto capítulo, a autora nos apresenta o resultado dos três estudos feitos em sua pesquisa. Sendo o primeiro a eleição da revisão integrativa de literatura. Como primeira lacuna e achado, Beche (2024) pontua que o descritor “mulher com deficiência” indicou poucos artigos que versam sobre o tema, de modo a colocar a questão da deficiência na tentativa de universalização, sem assumir os contornos interseccionais; e, com isso, invisibilizar os corpos femininos com deficiência.

Quanto aos demais achados, a maioria dos materiais localizados na literatura sinalizaram que as pesquisas sobre mulheres com deficiência e universidade são realizadas nos Institutos Federais, fato este que corrobora com a relação da política de cotas aprovada em 2016. Assim, os achados do primeiro estudo evidenciam a ausência de produções que contemplem a questão da deficiência a partir de um olhar interseccional, dentre eles, a questão de gênero.

No segundo estudo, como parte pré-exploratória para as entrevistas que virão no próximo momento, a autora promoveu um grupo focal a fim de ter uma aproximação com os principais temas que marcam o cotidiano das mulheres com deficiência nos Institutos Federais (IFES) entre 19 e 50 anos. A primeira questão era que essas mulheres eram reincidentes no Ensino Superior, seja pelas desistências, reprovações ou reingressos (BECHE, 2024). Não obstante, embora as deficias participantes do grupo entendessem o que era a questão do capacitismo e o quanto ele provoca sentimentos de dor e exclusão mediados pelo preconceito, nem todas acabavam por reconhecê-lo em seu cotidiano institucional. A ausência de reconhecimento do capacitismo no cotidiano, na



leitura da autora, se deve ao seu ocultamento na universidade, seja pela supervalorização como signo dos pressupostos meritocráticos de modo a remontar parte das teorias biomédicas ou pela ideia de que os corpos tidos como padrão agem com benesse com as pessoas com deficiência, como resquício do período caritativo.

O segundo desfecho dos encontros de grupo focal era sobre a vivência do capacitismo nas IES, especialmente na ausência de acolhimento das demandas – esse feito justificado por uma racionalização burocrática acaba por colocar o corpo de mulheres com deficiência em desvantagem social.

No estudo final, foi realizada uma entrevista com as interlocutoras que formam a rede de cuidados no cotidiano das mulheres com deficiência no ensino superior. Nessa parte, foi contemplada a questão do cuidado, por tratar especificamente do modo político com que a vida de mulheres deficiências são zeladas nos IFES. Como principais conceitos identificados em quase todas as entrevistas pode-se elencar que o primeiro achado está em relação à “fadiga de acesso”, isto é, para que se tenha a garantia e o acesso ao Ensino Superior realmente legitimado há que se fazer um esforço descomunal – uma tarefa penosa, que por vezes pode desencadear na evasão acadêmica. Enquanto segundo achado, para essas participantes a rede de cuidado é construída por vivência de intimidade forçada no contexto universitário, ou seja, “em uma sociedade capacitista, pessoas sem deficiência entendem a acessibilidade como uma interação logística, e não uma interação humana” (BECHE, 2024).

Nesse contexto, especialmente com o corte de gênero na questão da deficiência, o cuidado é forçado por suas vulnerabilidades para se ter acesso a algo. Isso retira dessas mulheres a sua privacidade e intimidade garantidas, por um consentimento de auxílio que imprime mero engodo. Ainda quanto às mulheres com deficiência, a infantilização de seus corpos é drasticamente uma constante em relação a outras mulheres tidas como padrão.

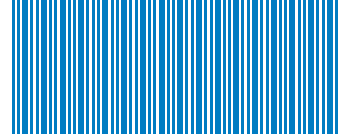
Por fim, o último achado é o reconhecimento das entrevistadas de vivenciar no contexto universitário preconceitos por diferentes marcadores identitários – ser lésbica, pobre etc. Em contrapartida, há também o entendimento de que, pelo fato de estarem no Ensino Superior, essas mulheres gozam do privilégio de poderem ocupar esse espaço. Não obstante, diante das avenidas interseccionais, a escolha do curso é enviesada pelo marcador gênero-deficiência,



de modo a ter maior pressão social para a eleição de licenciaturas, em vez de formações tidas como masculinas pela cultura heterocisnormativa.

Como síntese propositiva ao final das exposições dos três estudos a autora propõe algumas alternativas, como pensar na interdependência como algo que nos une enquanto coletivo social, em vez do discurso da autonomia que em alguns contextos é enviesado na lógica neoliberal pelos enunciados do corpo perfeito; e na participação das mulheres com deficiência nas decisões que as afetem na universidade – uma vez que se formar é muito mais custoso para essas pessoas é urgente se fazer política *com* elas e não *por* elas. Dentro das assertivas tecidas por Beche (2024) há uma crítica a um sistema universitário projetado para ser capacitista, ao reproduzir formas de se relacionar elitistas e meritocráticas como modo de funcionamento da academia – seja pela competitividade, seja pela produtividade. Consequentemente, nesse contexto, a universidade acaba por cercear o acesso e a garantia de direitos de populações que historicamente foram negligenciadas.

Em vista disso, os escritos de Beche (2024) são relatos de denúncia das agruras de corpos que lutam para existir na universidade. Em seus apontamentos é possível sentir a presença constante dos padrões heterocisnormativos exercendo pressão sobre os corpos que são dissidentes da norma. Entretanto, a autora, servindo-se dos vestígios de esperança das participantes, entende que o mesmo corpo abjeto que é alvo do investimento de violências coloniais é também aquele corpo que nos remete a um questionamento daquilo que a cultura nos diz como corpos aceitáveis e dignos de sua humanidade. Diante do exposto, com esta resenha, espera-se que *Mulheres Defiças* inspire reflexões profundas e ações concretas para promover o acesso e a permanência no Ensino Superior, em que seu cotidiano reconheça a pluralidade dos corpos e das experiências das mulheres com deficiência.



## REFERÊNCIAS

BECHE, Rose Clér Estivaleta. **Mulheres deficiças**: Histórias de enfrentamento ao capacitismo no Ensino Superior. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2024.

Recebido em: 28/06/2024

Avaliado em: 25/07/2024

Aprovado em: 12/08/2024

